

Estudos para Código de Ética para clonagem e transgenia

GAZETA MERCANTIL, 31 a 02.09.01p. A-3 - Análises & Perspectivas

Manipulações genéticas

Brasil terá seu primeiro código de ética em clonagem e transgenia

Maria Helena Tachinardi

As manipulações genéticas e suas futuras aplicações despertam temor, esperança, indignação, dúvidas e a sensação de despreparo da sociedade para lidar com o avanço do desconhecido.

As novas técnicas biológicas - manipulação de DNA, produção de embriões humanos em laboratório, clonagem e diagnóstico precoce de doenças hereditárias tardias - desafiarão o poder público, seguradoras e fundos de pensão, médicos, advogados, religiões e organizações não-governamentais de proteção aos animais e ao meio ambiente.

O mapeamento do genoma humano e as manipulações genéticas com fins terapêuticos prolongarão a vida humana e isso provocará, no mínimo, uma reviravolta nos cálculos atuariais das empresas de seguros.

De outro lado, o apetite dos cientistas pelas manipulações genéticas levará a uma intensificação do debate pela sociedade sobre os aspectos éticos das novas aplicações em biotecnologia. Embora o termo bioética tenha sido definido por W.T. Reich na Encyclopedia of Bioethics em 1978, sua utilização é cada vez mais contemporânea. Trata-se, segundo Reich, do "estudo sistemático das dimensões morais - decisões, conduta e políticas - das ciências da vida e da saúde, utilizando uma variedade de metodologias éticas em um cenário interdisciplinar".

É exatamente o que vemos no Brasil, onde a sociedade, representada por entidades multissetoriais, começa a discutir o primeiro código de ética em manipulações

genéticas.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão colegiado e multidisciplinar vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, está ouvindo a sociedade para elaborar o código, que estabelecerá princípios para manipulações genéticas de animais, vegetais e seres humanos. O documento deverá ter força jurídica, estabelecendo penalidades aos que não cumprirem suas disposições.

A primeira reunião da CTNBio para debater o código aconteceu em meados do mês, em Brasília, com a participação de pesquisadores, filósofos, advogados, bioeticistas e religiosos e profissionais ligados aos temas ética e genética.

É importante que a sociedade discuta democraticamente o aspecto ético das manipulações porque, em pleno século 21, não se pode cercear a liberdade científica nem barrar o avanço tecnológico. Como a CTN-Bio trabalha em plenário com representantes de vários setores, entre eles órgãos de defesa do consumidor, espera-se que o novo código reflita as preocupações e expectativas da sociedade.

"Será uma experiência inovadora, com características não encontradas em outros documentos internacionais semelhantes", diz a secretária-executiva da CTNBio, Cristina Possas, despertando curiosidade sobre como o Brasil lidará com um dos assuntos mais polêmicos da atualidade. O papel da CTNBio já é complexo e seus atos não raramente polêmicos. Cabe à comissão autorizar qualquer atividade envolvendo um organismo geneticamente modificado (OGM). Uma de suas decisões foi um parecer técnico liberando, sob o aspecto da biossegurança, a soja transgênica da Monsanto, até hoje com sua comercialização embargada pela Justiça.

A única norma vigente que estabelece critérios para o uso de engenharia genética e a liberação no meio ambiente de OGMs é a Lei nº 8.974, de 5 de

janeiro

de 1995. Em dezembro daquele ano, o Decreto nº 1.752 regulamentou a legislação e criou a CTNBio, que tem a competência de propor o código de ética em manipulações genéticas.

Um dos problemas com os quais a comissão se defrontará é a moral católica: a Igreja C contrária à manipulação de embriões. Todavia, em alguns centros de tratamento celular de universidades brasileiras está em estudo uma técnica terapêutica que consistirá em congelar células-tronco do sangue do cordão umbilical do bebê, sem provocar a morte do embrião. Essa seria uma saída para contornar a objeção da Igreja. As células-tronco armazenadas poderiam, geneticamente, mais tarde, se transformar em tecidos saudáveis para combater doenças do próprio dono do cordão umbilical. Com isso, se evitariam a manipulação e o armazenamento de embriões humanos. .

(fonte: Editora-executiva da Gazeta Mercantil Latino-Americana.

E-mail: mtachinardi@gazetamercantil.com.br